

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULOS, TIPO VAN, 0 KM (ZERO QUILOMETRO), COM CAPACIDADE PARA 16 PASSAGEIROS (15+1), DESTINADO 01 (UM) À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PORTARIA SES Nº 337/2013 E RESOLUÇÃO CIB/RS 378/12.

O MUNICÍPIO DE ESPUMOSO, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, estabelecida na Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/nº, na cidade de Espumoso - RS, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decretos Federais nºs 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 2712 de 02.05.2011, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações, tendo por base o processo administrativo nº 100.028/2014, mediante Pregoeiro designado através da Portaria nº 16.745/2013, torna público o presente Edital aos que virem ou dele tomarem conhecimento que se encontra aberta a Licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2014**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULOS, TIPO VAN, 0 KM (ZERO QUILOMETRO), COM CAPACIDADE PARA 16 PASSAGEIROS (15+1), DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PORTARIA SES Nº 337/2013 E RESOLUÇÃO CIB/RS 378/12**, a sessão pública para recebimento das propostas e a documentação será realizada na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Arthur Ritter de Medeiros, S/N, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, **às 09hs do dia 17 de Junho de 2014.**

1 - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto da presente licitação a **Aquisição de 01 (um) veículos, tipo van, 0 Km (zero quilometro), com capacidade para 16 passageiros (15+1), destinado à Secretaria Municipal de Saúde**, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.
	VEÍCULO NOVO; zero quilômetro; tipo van; ano/modelo mínimo 2013/2014 ou superior; motor diesel, 4 cilindros com no mínimo 2.2L; com potência mínima de 145cv, transmissão mecânica de no mínimo seis marchas à frente e uma a ré; teto alto; direção hidráulica; tração traseira, com porta lateral corrediça a direita; porta traseira bipartida; ar condicionado com saídas no painel frontal e saídas no compartimento de passageiros, ar quente; com capacidade para transportar 15 passageiros e 01 motorista (15 + 01); comprimento mínimo externo de 5,910mm; altura mínima interna de 1,94mm; primeira fileira de bancos com capacidade para um motorista e dois		

01	passageiros individuais, banco reclináveis em tecido, com exceção da ultima fileira, freio a disco nas quatro rodas; abs; air bag para motorista; estrutura em aço automotivo e envidraçada de fabrica, vidro elétrico e trava elétrica; radio MP3 com USB e bluetooth instalado com alto-falantes; espelhos retrovisores externos com duplo foco, tacógrafo digital; com película no compartimento de passageiros; garantia mínima de 75.000km sem limite de tempo e demais equipamentos exigidos pela legislação vigente. Demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Garantia de no mínimo um ano, sem limite de quilometragem e assistência técnica, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período de garantia, conforme manual de manutenção do veículo. Assistência técnica autorizada pela fabrica em uma distância máxima de 150km do município de Espumoso/RS.	01	UN
----	---	----	----

1.2 - A despesa com a aquisição do objeto não poderá ultrapassar o valor de R\$ 148.000,00 (Cento e Quarenta e Oito Mil Reais).

2 - DO EDITAL DE LICITAÇÃO:

2.1. No ato do conhecimento do Edital de Licitação, deverá o interessado verificar o seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

2.2. São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Minuta de Contrato;
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento;
- c) Anexo III – Declaração;
- d) Anexo IV – Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública;
- e) Especificação do Objeto e Formulário Padronizado de Proposta;

2.3. A participação nesta licitação implicará em plena aceitação aos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

3 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 8 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO - RS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2014
ENVELOPE N.º 001 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO - RS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2014
ENVELOPE N.º 002 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

3.1. As Licitantes poderão apenas enviar seus envelopes, sendo que será considerado somente o valor da proposta como o valor mínimo, perdendo o direito de lances, por não se fazerem representar. Mesmo na ausência de representante, a empresa deve declarar que atende os requisitos de habilitação, conforme exigência do item 4.2 alínea 'd' do Edital, com fulcro no Art. 4º inciso VII da Lei 10.520/2002.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

4.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, no dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

4.2. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

- a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
- a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- a.5)** registro comercial, se empresa individual.
- a.6)** fotocópia do documento de identidade, ou carteira de motorista do representante legal.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

- b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante

reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame **(Anexo II)**.

b.3) fotocópia do documento de identidade, ou carteira de motorista do procurador regularmente constituído.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

c) A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar N.º 123/2006 e alterações posteriores, deverá apresentar **declaração firmada pelo contador ou inscrição no Simples Nacional (cfe. Instrução Normativa 103/07) de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**

d) Declaração que a empresa está ciente e cumpriu plenamente todos os requisitos de habilitação.

4.3. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.4. TODAS AS FOTOCÓPIAS DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AO CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS FORA DOS ENVELOPES 01 (PROPOSTA) E 02(DOCUMENTOS).

5 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

5.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.

6 - PROPOSTA DE PREÇO- (ENVELOPE 01):

6.1. O envelope n.º 02 - PROPOSTA FINANCEIRA deverá conter (Anexo V):

a) A Proposta Financeira deverá ser elaborada em uma via impressa, conforme modelo constante do Anexo III, de forma clara e concisa, devendo ser apresentada sem

emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, bem como estar devidamente assinada pela licitante ou seu representante legal e rubricada pelo mesmo em todas as suas folhas, mencionando o valor a ser pago pelo objeto licitado, sendo que estes valores deverão ser cotados separadamente, em moeda corrente nacional.

b) Preço do objeto cotado em moeda corrente nacional (real), onde estejam incluídas todas as despesas inerentes ao fornecimento do bem ora licitado como obrigações fiscais, carga, descarga e transporte.

c) identificação da licitação (número do Pregão Presencial);

d) dados da licitante: razão social, número do CNPJ/MF, inscrição estadual, endereço completo, telefone/fax, *homepage*, e-mail, nome de pessoa para contato, o nome do banco, a agência, número da conta corrente;

e) dados do responsável pela assinatura do contrato: nome completo, profissão, estado civil, cargo que ocupa na empresa, número da carteira de identidade, número do CPF, endereço, telefones e e-mail;

f) declaração de compromisso da proponente de sempre negociar as melhores condições de preço;

g) prazo de validade da proposta **não-inferior a 60 (sessenta) dias** consecutivos da apresentação da mesma.

h) A Licitante deverá apresentar descrição detalhada do objeto ora licitado, com indicação da marca, características técnicas, e se for o caso, indicação do prazo de garantia, devendo ser acompanhada do catálogo, folheto, prospecto e demais elementos informativos que permitam avaliar sua qualificação técnica;

i) Os produtos ofertados deverão atender as especificações mínimas exigidas no Edital.

j) Comprovar através de prospecto em cores que o objeto licitado atenda o referido edital;

k) Comprovar que possui Assistência Técnica no Estado do Rio Grande do Sul, devendo os serviços de garantia e Assistência Técnica para o veículo licitados serem prestados, obrigatoriamente, por oficina própria, não podendo terceirizá-los.

l) O veículo descrito no objeto deverá ter garantia total de no mínimo 01 (um) ano, sem limites de quilometragem, contados a partir da data de recebimento pela Secretaria Municipal de Saúde.

m) A licitante vencedora deverá apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, Certificado de Garantia do Fabricante, ou documento similar.

n) No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente ser substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.

o) O ônus de correção de defeitos apresentados pelos veículos ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada.

6.2. A proposta deverá conter o **preço unitário**, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente

incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

6.3. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no **preço unitário**, no máximo, **DUAS CASAS** decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação;

6.4. Para efeito de julgamento esta licitação é do tipo **MENOR PREÇO**.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

Esta licitação é do tipo *menor preço por item* e o julgamento será realizado levando em consideração os procedimentos arrolados a seguir:

7.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

7.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

7.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

7.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 7.3 e 7.4.

7.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60 s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

7.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a **1% (um por cento)** do valor de cada item deste Edital.

7.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 15 deste edital.

7.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

7.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

7.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c)** afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 6;
- d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;
- e)** alterem unidade(s), quantidade(s) e descrição(ões) do(s) item(ns) do ANEXO I;

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.15. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

7.16. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 16.2 deste edital.

7.17. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

8 - DA HABILITAÇÃO- (ENVELOPE 02):

8.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

- a) Declaração (de que não emprega menores de idade) que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358/02 (**Anexo III**);
- b) Declaração de inexistência de fatos impeditivos à participação da empresa no certame (**Anexo IV**);

8.1.2. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2.1- A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos enumerados nas letras a, b ou c deste subitem (8.1.2), caso já tenha apresentado quando do credenciamento junto ao pregoeiro;

8.1.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) Prova de regularidade com a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a fazenda estadual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débito Relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União);
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
- g) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa (**CNDT**).

Nota 1: Os documentos deverão preferencialmente ser apresentados **ordenadamente**, de modo a facilitar sua análise.

8.2. O envelope de documentação que não for aberto:

- a) Ao licitante presente será entregue ao final da sessão;
- b) Ao licitante que apenas enviar os envelopes, ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

9- DA ADJUDICAÇÃO:

9.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço por item será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso, sob pena de decair este direito.

10.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

10.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

11. DOS PRAZOS:

11.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05(cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12 - DA ENTREGA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO:

12.1. O veículo, objeto do presente certame, deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato, juntamente com a nota fiscal, cujo recebimento será efetuado pela Secretária Municipal da Saúde, Sr. João Roberto Rotta Vogel.

12.2. O veículo deverá ser entregues no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Espumoso.

12.3. A responsabilidade pela entrega dos veículos será inteiramente da empresa vencedora, sem ônus para o Município.

12.4. No ato da entrega do veículo serão verificadas as especificações técnicas, não estando de acordo com o objeto ora licitado, será devolvido, devendo ser substituído no prazo máximo de 20 (vinte) dias, no qual a licitante vencedora se responsabilizará pelo ônus do envio e devolução.

12.5. A fiscalização, em relação às especificações dos veículos, será feita pelo Sr. João Roberto Rotta Vogel, Secretária Municipal da Saúde, ou ainda, por pessoa devidamente designada por este.

13 - DO PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias contados da entrega e aceitação do objeto deste edital, mediante nota fiscal, devidamente assinada pelo responsável do recebimento.

13.2. Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos veículos ou implicará em sua aceitação.

13.3. Deverá a(s) empresa(s) vencedora(s), apresentar o número da conta bancária para pagamento.

13.4. A nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número de processo licitatório e o número do Pregão Presencial, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do(s) bem(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

14 - DO REAJUSTE:

14.1 Os preços cotados deverão ser fixos e irrevogáveis.

15 - DAS PENALIDADES:

15.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

A penalidade de multa será aplicada ainda nas seguintes hipóteses e percentuais:

i) Por atraso na entrega do material: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da quantidade entregue fora do prazo, até o limite de 15 (quinze) dias corridos. Do 16º dia em diante poderá ser considerada inexecução do contrato;

j) O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. À critério da Administração Municipal e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo;

15.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

15.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. As despesas decorrentes da aquisição de que trata este edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- - **1172 – Aquisição de Van – Portaria Estadual nº 337/2013**
- - **1108 – Aquisição de Veículo**
- - **4490.52.00.00.00.00 – Equipamento Material Permanente**

16.2. Dúvidas sobre o Edital e/ou quanto às especificações técnicas do objeto desta licitação, deverão ser apresentadas na forma de ofício, inclusive via fax-símile, endereçados ao “**Setor de Licitações – Pregão Presencial nº 014/2014**” e serão respondidas expressamente aos interessados e demais licitantes até 24 horas antes da abertura da licitação.

16.3. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de licitações.

16.4. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida,

automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

16.5. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

16.6. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município de Frederico Westphalen, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

16.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

16.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

16.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

17- DAS MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA

17.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte, que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar N.º123/2006 e alterações posteriores, disciplinados nos itens 18.1 a 18.4 deste edital, deverão apresentar, no ato do credenciamento, **declaração da junta comercial ou inscrição no Simples Nacional (cfe. Instrução Normativa 103/07) de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

17.2. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores, disciplinados nos itens 17.3 e 18.1 a 18.4 deste edital, conforme disposto no artigo 34, da Lei 11.488/2007 desde que também apresentem, no ato do credenciamento, **declaração firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referida acima.**

17.3. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atenderem ao item 17.2, que possuírem restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, terão sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 2(dois) dias úteis a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

17.4. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

17.5. O prazo de que trata o item 17.3 poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

18 - CRITÉRIO DE DESEMPATE

18.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem aos itens 17.1 e 17.2, deste edital.

18.1.1. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5%(cinco por cento) à proposta de menor valor.

18.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento do lance.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 18.1.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresa e/ou empresa de pequeno porte e/ou cooperativa com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

18.3. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfazer as exigências do item 18.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

18.4. O disposto nos itens 18.1 a 18.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 17.2 deste edital).

18.5. As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio.

19. DA RESCISÃO CONTRATUAL

O MUNICÍPIO CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente com a empresa Contratada, nas hipóteses previstas nos artigos 78, inciso I a XII, da Lei 8.666/93, sem que caiba a empresa Contratada o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo Único: o contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

- a)** Falência ou liquidação da CONTRATADA;
- b)** Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c)** Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;
- d)** Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
- e)** Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;

A rescisão do contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

- I)** Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
- II)** Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município;

20. DAS RESPONSABILIDADES

O MUNICÍPIO CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente a empresa Contratada.

A empresa CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de fiscalização, verificação e controle a serem adotados pelo Município CONTRATANTE.

Constituem obrigações da empresa CONTRATADA:

- 1)** Entregar os itens adjudicados de acordo com as características e exigências do contrato.
- 2)** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% do valor contratado inicialmente;
- 3)** É de responsabilidade da empresa CONTRATADA os encargos trabalhista, fiscal ou previdenciária, bem como as normas de higiene, por cujos encargos responderá unilateralmente;
- 4)** A justificativa e a prorrogação do contrato, se houver, dependerão de aceite e aprovação do Poder Público Municipal.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1 - Fica assegurado ao Município de Espumoso o direito de, a qualquer tempo, antes da contratação, revogar a presente Licitação, por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, suficiente para justificar o ato, sem que assista às licitantes direito à indenização.

20.2 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25%(vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.

20.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Espumoso – RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Maiores informações serão fornecidas pelos telefones 54 - 3383-1100 – ramal 2014, por e-mail licitacoes@espumoso.rs.gov.br ou pessoalmente na Secretaria da Administração, situada na Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/nº em Espumoso - RS.

20.4 INTEGRA DO EDITAL DISPONÍVEL NO SITE:
<http://www.espumoso.rs.gov.br/publicacoes/editais>.

Espumoso, 28 de Maio de 2014.

DERLY HELDER
Prefeito Municipal

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO N° xxx/2014

CONTRATO N.º ()/2014 - AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULOS, TIPO VAN, 0 KM (ZERO QUILOMETRO), COM CAPACIDADE PARA 16 PASSAGEIROS (15+1), DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PORTARIA SES Nº 337/2013 E RESOLUÇÃO CIB/RS 378/12.

Que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE ESPUMOSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob o n.º 87.612.743/0001-09, com sede na Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n.º, na cidade de Espumoso-RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **DERLY HELDER**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, daqui em diante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado (), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº (), com sede na (), na cidade de (), representada pelo **SR. ()**, daqui em diante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos da Lei 8.666/93, e de conformidade com o resultado do processo licitatório modalidade **Pregão Presencial nº 014/2014**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REGÊNCIA

1.1. O presente contrato administrativo reger-se-á, pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo como base a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 014/2014 (Processo Administrativo nº 98.453/2013).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULOS, TIPO VAN, 0 KM (ZERO QUILOMETRO), COM CAPACIDADE PARA 16 PASSAGEIROS (15+1), DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PORTARIA SES Nº 337/2013 E RESOLUÇÃO CIB/RS 378/12, conforme relação de itens adjudicados constantes da planilha, em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO:

3.1. O veículo, objeto do presente certame, deverá ser entregues em até 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato, juntamente com a nota fiscal, cujo recebimento será efetuado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. João Roberto Rotta Vogel.

3.2. O veículo deverá ser entregue no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Espumoso.

3.3. A responsabilidade pela entrega do veículo será inteiramente da empresa vencedora, sem ônus para o Município.

3.4. A fiscalização, em relação às especificações do veículo, será feita pelo Sr. João Roberto Rotta Vogel, Secretário Municipal de Saúde, ou ainda, por pessoa devidamente designada por estes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de **R\$.....** (.....).

4.2. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após a entrega e recebimento da Nota Fiscal devidamente assinada pelo responsável pelo recebimento.

4.3. Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelo veículo entregue ou implicará em sua aceitação definitiva.

4.4. Deverá a empresa vencedora, apresentar o número da conta bancária para pagamento.

4.5. A nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número de processo licitatório e o número do Pregão Presencial, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do(s) bem(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA- DA DESPESA

5.1. A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes códigos e rubricas:

Projeto/Despesa há Previsão

- - **1172 – Aquisição de Van – Portaria Estadual nº 337/2013**
- - **1108 – Aquisição de Veículo**
- - **4490.52.00.00.00.00 – Equipamento Material Permanente**

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penas de natureza civil (cláusula penal), compensatórias das perdas e danos sofridas pela Administração, conforme art. 402 e ss, do Código Civil, e Administrativa, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93:

a) são aplicáveis ao presente contrato, inclusive, as Sanções Administrativas estabelecidas nos artigos 86 a 88 e sanções penais estabelecidas nos artigos 89 a 99 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*

c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será

considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

g) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

6.2 A penalidade de multa será aplicada ainda nas seguintes hipóteses e percentuais:

I) Por atraso na entrega do objeto: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da quantidade entregue fora do prazo, até o limite de 15 (quinze) dias corridos. Do 16º dia em diante poderá ser considerada inexecução do contrato;

II) O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. À critério da Administração Municipal e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo;

6.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.4 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

6.5 O presente Contrato é regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a qual terá sua aplicabilidade, também nos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. O MUNICÍPIO CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente ao Contratado.

7.2 A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de fiscalização, verificação e controle a serem adotados pelo Município CONTRATANTE.

7.3 Constituem obrigações da CONTRATADA:

1) Entregar os itens adjudicados de acordo com as características e exigências do presente contrato.

2) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% do valor contratado inicialmente;

3) É de responsabilidade da **CONTRATADA** os encargos trabalhista, fiscal ou previdenciária, bem como as normas de higiene, por cujos encargos responderá unilateralmente;

4) A justificativa e a prorrogação do contrato, se houver, dependerão de aceite e aprovação do Poder Público Municipal;

5) É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a entrega do objeto licitado, nos exatos termos constantes na proposta apresentada junto **Pregão Presencial nº 014/2014**.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O MUNICÍPIO/CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos artigos 78, inciso I a XII, da Lei 8.666/93, sem que caiba o Contratado o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo Único: o presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

- a) Falência ou liquidação da CONTRATADA;
- b) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;
- d) Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
- e) Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;

8.2 A rescisão do contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

- I) Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município;

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização, em relação às especificações dos veículos, será feita pelo Sr. João Roberto Rotta Vogel, Secretário Municipal da Saúde, ou ainda, por pessoa devidamente designada por estes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O contrato terá a vigência até que seja entregue e aceito definitivamente o objeto da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO

11.1. O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93 e demais alterações, inclusive em suas omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Espumoso – RS, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas.

ESPUMOSO- RS, (____) de (____) de 2014.

DERLY HELDER

Promitente Comprador

(_____)

Promitente Vendedor

Testemunhas:

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A empresa....., inscrita no CNPJ/CGC/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., tendo como representante legal o(a) Sr(a)(citar o cargo), CREDENCIA o(a) SR.(a)....., portador da carteira de identidade nº....., para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Espumoso, na licitação **Pregão Presencial nº 014/2014**, outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, apresentação de recursos na sessão, desistência e renúncia ao direito de interpor recursos e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência.

Local e data.

.....

Nome/assinatura Cargo

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial – Edital 014/2014

....., inscrito no CNPJ nº.....,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da
Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do
disposto no [inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A Firma/Empresa, sediada na Rua, Nº, (Cidade),
(Estado), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob Nº, por seu
representante legal, o(a) Senhor(a), que exerce o cargo de (Diretor, Gerente,
Proprietário, etc.), DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a qualquer impedimento
legal para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

....., de de 2014.

.....

assinatura do representante legal

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014 - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Fornecedor:			
Endereço:	Número:	Cidade:	UF:
CPF/CNPJ:	Insc. Estadual:	Fone:	
E-mail:		Homepage:	
Validade da Proposta:			
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
Pessoa para contato:			

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca	Valor Total
01	<p>VEÍCULO NOVO; zero quilômetro; tipo van; ano/modelo mínimo 2013/2014 ou superior; motor diesel, 4 cilindros com no mínimo 2.2L; com potência mínima de 145cv, transmissão mecânica de no mínimo seis marchas à frente e uma a ré; teto alto; direção hidráulica; tração traseira, com porta lateral corredeira a direita; porta traseira bipartida; ar condicionado com saídas no painel frontal e saídas no compartimento de passageiros, ar quente; com capacidade para transportar 15 passageiros e 01 motorista (15 + 01); comprimento mínimo externo de 5,910mm; altura mínima interna de 1,94mm; primeira fileira de bancos com capacidade para um motorista e dois passageiros individuais, banco reclináveis em tecido, com exceção da ultima fileira, freio a disco nas quatro rodas; abs; air bag para motorista; estrutura em aço automotivo e envidraçada de fabrica, vidro elétrico e trava elétrica; radio MP3 com USB e bluetooth instalado com alto- falantes; espelhos retrovisores externos com duplo foco, tacógrafo digital; com película no compartimento de passageiros; garantia mínima de 75.000km sem limite de tempo e demais equipamentos exigidos pela legislação vigente. Demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Garantia de no mínimo um ano, sem limite de quilometragem e assistência técnica, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período de garantia, conforme manual de manutenção do veículo.</p> <p>Assistência técnica autorizada pela fabrica em uma distância máxima de 150km do município de Espumoso/RS.</p>		
TOTAL			

Declaro expressamente que estão incluídos nos preços todos os impostos, taxas, fretes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto desta licitação, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

(Local e data). _____

(Assinatura do declarante)

(Nº do RG e CPF do declarante)